

NEWSLETTER **M** **L** **S**

A E-REVISTA DO MOVIMENTO LIBERAL SOCIAL

NOVEMBRO 2009 | EDIÇÃO Nº3



Ficha Técnica



Movimento Liberal Social

Rua Ramalho Ortigão, 31,
Cave Direita,
1070-228 Lisboa

Telemóvel - 966 075 978

Email:
secretariado@liberal-social.org

URL:
www.liberal-social.org

**"Mais Liberdade,
menos Estado."**

Membro de:



Equipa

Coordenação:
Rui Almeida
Tânia Girão

Redacção:
André Regateiro
Hugo Garcia
Igor Caldeira
Inês Branco
João Mendes
Luís Humberto Teixeira
Martim Horta

Capa:
Luís Menezes

Colaboração especial:
Daniel Alvarenga

Editorial

É já este sábado, dia 21 de Novembro, que o MLS irá realizar a sua 10ª Assembleia-Geral.

Trata-se de **mais um passo importante no longo caminho que é a criação de um partido liberal em Portugal.**

Só que agora podemos dizer que o objectivo está perto! Não que já esteja no terreno a recolha de assinaturas ou donativos, mas porque já existe uma estrutura consolidada e experiente (MLS), com um programa político relevante, apesar de inacabado, um conjunto de novos membros muito motivados, a ajudar a atingir os objectivos, e um alargamento da base de simpatizantes.

Para além do trabalho político que o MLS faz há cinco anos, e que é globalmente positivo (dado os recursos humanos e financeiros), urge aumentar a capacidade de comunicação para a sociedade e para os meios de comunicação. Apesar de a exposição do MLS nos meios de comunicação ter aumentado, nomeadamente na internet, a verdade é que a maioria da população portuguesa desconhece a existência de um movimento liberal em Portugal.

Para levar a todos os portugueses o liberalismo, é necessário trabalho e empenho de todos nós.

Ao estilo da antropóloga e escritora Ana Lopes, deixo um apelo:

Liberais Portugueses Uni-vos!

Rui Almeida
ruialmeida@liberal-social.org

PARTICIPE

Caro Liberal, esperamos pela sua contribuição: participe com ideias, sugestões e críticas, com cartas para a secção do leitor, com textos para publicação ou com sugestões para temas a abordar.

Contacte-nos para newsletter@liberal-social.org

Dicionário do Homem Livre

liberalismo – s. m.

atitude e comportamento daquele que é generoso;

atitude e comportamento daquele que é respeitador da liberdade dos outros;

POLÍTICA doutrina segundo a qual convém dar aos cidadãos as melhores garantias contra o arbítrio do governo, separando deste o poder legislativo e judiciário

POLÍTICA doutrina segundo a qual o Estado não deve intervir na economia (liberalismo económico) (De *liberal+ista*, ou do fr. *libéraliste*, <id>

in Dicionário da Língua Portuguesa 2006, Porto, Porto Editora.



Índice

Editorial	2
Dicionário do Homem Livre	3
Índice	3
Agenda de Eventos	4
Correio do Leitor	5
Destaques	6
Reportagem	7
Especial - Política Fiscal	8
Especial – Tratado de Lisboa	12
Liberdades Individuais	16
Sociedade Liberal	19
Portugal visto do exterior	24

Agenda

21 de Novembro - 10ª Assembleia Geral do MLS

Local: Pousada de Juventude de Lisboa

Parque das Nações, Lisboa

Data a anunciar - Discussão sobre políticas de emprego

Local: Lisboa

Organização: Movimento Liberal Social (MLS)

Mais informações e Inscrições:

<http://lisboa.liberal-social.org>

secretariado@liberal-social.org

Adere à Juventude Liberal Europeia tornando-te um Membro Individual!

Vai a <http://www.lymec.org/> > Our Members > Become a Member



Correio do Leitor

Olá! Só queria dar os parabéns por mais esta newsletter.

O MLS está a crescer! :)

Queria também alertar (não é dizer mal, é alertar para que nas próximas edições possam corrigir!) para alguns proble-mas

ortográficos (não são erros, são meia dúzia de situações com palavras repetidas ou em que falta uma letra) e para o facto de o link na nota 1) da página 9 não estar a funcionar... sim, eu li a news! :)

Patrícia Sequeira

(Lisboa)

Newsletter do MLS

Receba a newsletter do Movimento Liberal Social e fique a saber as novidades, os próximos eventos, as posições políticas do MLS e muito mais...

Subscreva em

www.liberal-social.org



Destques

10ª Assembleia Geral do MLS

O Movimento Liberal Social irá realizar a 10ª Assembleia Geral no próximo dia 21 de Novembro, na Pousada de Juventude de Lisboa - Parque das Nações.



Para inscrições e mais informações visite a página <http://lisboa.liberal-social.org/> ou entre em contacto com o secretariado do MLS através do email secretariado@liberal-social.org.

Pousada de Juventude Parque das Nações

GPS 38°46'41,38"N | 9°5'53,61"W

Rua de Moscavide, Lt 47 - 101

1998-011 Lisboa Portugal

- T. 218 920 890

Como Chegar

Autocarro Nº 708, saída: Jardim Jaracandás, a 200 m da Pousada

Nº 5, 25, 44, saída: Av. Boa Esperança, a 500 m da Pousada

Nº 25, 28, 750, saída: Estação do Oriente, a 1 Km da Pousada.

Porto (314 Km) e Faro (297 Km): Rede Expressos – Metro saída: Estação do Oriente.

Comboio Porto, Faro: saída Estação do Oriente

Na Estação do Oriente apanhar Comboio – saída: Moscavide

Carro Lisboa: A1 - saída Moscavide;

A2 (Ponte 25 de Abril): fazer correspondência com A1 – saída: Moscavide;

A8: seguir em direcção à Ponte Vasco da Gama, saída: Moscavide;

A12 (Ponte Vasco da Gama): saída Expo – Gare do Oriente

Campanha de spots MLS

Continuamos a procurar ideias para "spots" para o YouTube sobre temas liberais. Caso tenha ideias ou interesse em participar, envie um e-mail para secretariado@liberal-social.org

<http://www.youtube.com/user/liberalsocial#p/u/3/3QqDK1RbQaQ>



Reportagem

MLS presente na Assembleia Geral da IFLRY

Decorreu entre os dias 12 e 14 de Novembro a Assembleia Geral da IFLRY em Haia, reunindo quase 200 liberais de todo o mundo, tendo eu assistido à mesma na qualidade de representante do MLS. Para além das votações em moções e resoluções sobre temas específicos houve nesta assembleia alterações significativas ao Manifesto e ainda eleições para os vários órgãos.

Foram eleitos para Presidente Bart Woord, para Secretário-Geral Frederik Ferié e para Tesoureiro Jan Van Run. Os quatro Vice-Presidentes eleitos foram Naomi Ichihara Røkkum, Jordi Villanueva i Calvet, Mirna Mneimneh e Mauricio Lopez.

No que respeita ao Manifesto da IFLRY houve mudanças no papel do Estado na Educação, Saúde e no que respeita à relação com as religiões, alterações essas essencialmente promovidas pelas organizações liberais sociais.

Pude contactar com mais duas organizações liberais sociais, a L² e os Jeunes Radicaux de Gauche, com as quais creio que deveremos procurar cooperar e aprender. Pude também travar conhecimento com Diego Conti, dos Jovens Democratas brasileiros, com

a delegação suíça e com a delegada americana Crystal Strait.

Preparando o surgimento do PLD, é minha opinião que além do distrito de Lisboa deveremos concentrar os esforços possíveis nos dois círculos eleitorais da emigração por duas razões fundamentais: os votos requeridos são muito poucos ; e as nossas comunidades estão muitas vezes em países em que os partidos liberais têm uma presença relevante. Caso consigamos estabelecer laços com os partidos desses países, poderemos construir parcerias no médio prazo que se revelem mutuamente benéficas.

Nesse sentido, e para além do prazer pessoal na participação no evento, considero que o envolvimento internacional do MLS é crucial para o sucesso do futuro partido liberal.



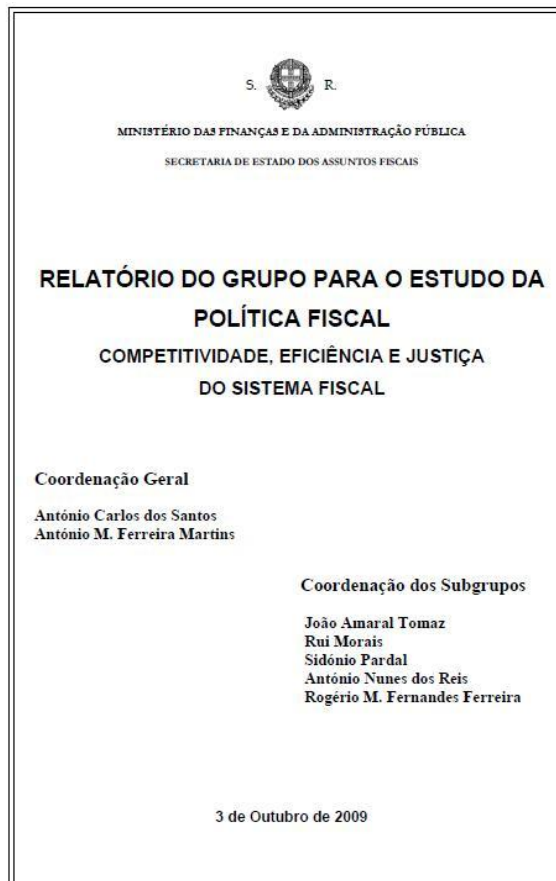
por Igor Caldeira

Especial – Política Fiscal

Relatório sobre competitividade, eficiência e justiça do Sistema Fiscal

Foi apresentado em 3 de Outubro o documento que resultou do Grupo de Trabalho para o Estudo da Política Fiscal em Portugal, que o governo anterior solicitou em Janeiro de 2009.

Trata-se de um documento extenso e que teve a coordenação Geral de António Carlos dos Santos e António Ferreira e com subgrupos coordenados por João Amaral Tomaz, Rui Morais, Sidónio Pardal, António Nunes dos Reis e Rogério Fernandes Ferreira.



Versão Integral:

http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MFAP/Documentos/Pages/20091013_ME_F_Doc_Politica_Fiscal.aspx

O Autor da Análise

Daniel Alvarenga

Mestre em International Studies pelo Peace Research Institute of Oslo e pela Stellenbosch University (África do Sul). Graduado em International Relations and Politics pela University of Sussex (Reino Unido) e pela International School for Humanities and Social Sciences (Holanda). Trabalhou como analista no Centro de Estudos Chineses de Stellenbosch, como jornalista no World Investment News e como freelancer para o Economist Intelligence Unit (Costa do Marfim).



Política Fiscal em Portugal – Um breve olhar sobre o Relatório do Grupo para o Estudo da Política Fiscal, Competitividade, Eficiência e Justiça do Sistema Fiscal

por Daniel Alvarenga, Outubro 2009

Introdução

Este breve olhar está dividido em duas secções. Compila na primeira secção as **observações** do relatório que se mostraram mais relevantes e na segunda algumas das **medidas** que pareceram merecer maior consideração.

Se a necessidade de escrever um relatório de 834 páginas sobre o estado da política fiscal em Portugal provavelmente se justifique dada a complexidade do assunto já o não é com certeza a inexistência de um sumário executivo do mesmo. Ainda assim foi com interesse e curiosidade que li de forma seleccionada este pedaço de “meditação institucional” encomendada a António Carlos dos Santos e António M. Ferreira Martins. Aqui ficam decerto não todos os pontos relevantes mas pelo menos uma mão cheia deles que capturaram em particular a minha “atenção liberal”. Pessoalmente, o que mais me preocupou durante a leitura foi detectar os pontos com mais impacto na competitividade de Portugal, num contexto global de elevada concorrência fiscal entre estados e regiões. Assim sendo, um dos pontos fortes gerais do relatório é antes de mais, demarcar e reconhecer, não de forma sucinta mas de forma clara, aqueles que são alguns dos graves e endémicos problemas do sistema fiscal de Portugal. Foi, todavia, com preocupação que verifiquei que algumas das medidas propostas revelam contradições em relação às observações preliminares. Estas medidas avizinham-se potencialmente inócuas ou até mesmo contra-producentes a esta necessidade de maior competitividade.

1. Observações

Antes de mais o relatório de 3 de Outubro de 2009 leva a cabo um conjunto de observações que importa ressaltar, sendo inicialmente importante avançar uma observação que é também ela uma premissa do relatório. Esta observação é a que nos revela que “os países em que a despesa pública representa uma parcela mais reduzida do PIB (menos de 40% do PIB) apresentam em média um melhor desempenho que os países onde a despesa pública é mais elevada (mais de 50% do PIB), tanto em 1990 como em 2000” e que a principal preocupação em tempo de crise financeira devem ser conter a dimensão da administração pública.

Na verdade, Portugal permanece 15º entre os 27 EMs no que toca ao peso do estado na economia e na sustentabilidade da política orçamental. O país caracteriza-se por um alto nível de fiscalidade, elevado consumo público, e ineficácia na despesa pública. Isto demonstra como a corrente gestão do stock da dívida pública permanece insustentável e que apenas uma agenda económica competitiva e liberal levará o país a alterar esta situação. Curiosamente, entre 1995 e 2000, ocorreu “uma benéfica redução generalizada do rácio da despesa pública-PIB na UE a 15, e Portugal foi, infelizmente, a única excepção. Não só o rácio não desceu neste período como entre 2000-2008, a seguir ao Reino Unido e à Irlanda, Portugal foi o país em que mais o rácio cresceu” (p.65). O país

tem ficado sistematicamente aquém no que toca à “evolução entre o benefício e o custo da existência do estado” (p.61), particularmente quando comparado à situação noutros estados membros.

O envelhecimento é também retratado como um problema grave. Se não houver alteração de política orçamental pelos Estados Membros, o stock da dívida pública relativamente ao PIB atingirá cerca de 120% em 2050. Neste contexto problemático, "Portugal foi classificado como um país de alto risco em virtude dos custos orçamentais projectados relativamente ao envelhecimento da população."

Para superar esta situação, e de acordo com o relatório, Portugal deve:

- reduzir a dívida pública a um ritmo mais rápido (situação agravada com o aumento que está a ocorrer e que irá continuar em 2010),
- aumentar as taxas de emprego e de produtividade
- reformar o regime de pensões e os sistemas de cuidados de saúde e de assistência de longa duração."

No fundo, como o relatório acaba por reconhecer, no que toca a política fiscal, não é propriamente necessário “reinventar a roda” mas sim levar a cabo uma revisitação mais profunda e sustentada das recomendações da Comissão Europeia no contexto da Crise Financeira. Entre elas:

- Descida das quotizações para a segurança social a cargo da entidade empregadora;
- Redução dos impostos sobre os rendimento de trabalho por conta de outrem, em particular dos trabalhadores com salários baixos;
- Redução temporária da taxa normal do IVA.
- Despesas públicas que tenham um impacto imediato na procura, designadamente as transferências para os desempregados ou famílias de baixos rendimentos;
- Projectos de investimentos públicos que possam beneficiar PME's;
- Reforço das verbas afectas a infra-estruturas ou ao combate às alterações climáticas;
- Garantias e bonificações de taxas de juro, a fim de compensar os prémios de risco excepcionalmente elevados, visando fazer face às dificuldades de tesouraria de muitas empresas e particulares;
- Incentivos financeiros canalizados para a adaptação das economias aos desafios de longo prazo, tais como a protecção ambiental e a eficiência energética;

Como critério final o relatório defende ainda que o índice de avaliação das finanças públicas deve tomar em conta o peso do estado, a sustentabilidade orçamental, a eficácia nas despesas públicas e a qualidade de gestão orçamental. Ao fim e ao cabo o critério de avaliação sugerido corresponde a uma visão mais liberal. Esta superaria as limitações do actual estado providência e responderia com mais sucesso às necessidades de: maior controlo orçamental, transparência, investigação e desenvolvimento.

Além destes pontos mais gerais são também reconhecidos como graves os atrasos nos pagamentos das transacções comerciais por parte do sector público e a lentidão da justiça fiscal em Portugal. Há uma série de desenvolvimentos paralelos importantes, por exemplo o desempenho de actores institucionais e políticas estratégicas específicas como

as do SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial). Este último poderá vir a ter um papel importante mas os seus resultados permanecem por enquanto uma incógnita. De acordo com o relatório "será interessante seguir nos próximos anos a actualização do estudo para avaliar em que medida o SIFIDE produziu os resultados que se pretendia" (p.91).

2. Medidas

Talvez uma das mais controversas seja a sugestão para o estado começar a cobrar 20% sobre todos os lucros da bolsa. Esta medida resultaria numa mais que provável fuga de capitais e num agravamento ainda mais profundo da capacidade de rentabilidade de um sem número de sectores económicos no país. Os autores do relatório alegam uma perda de receita e redução de equidade e eficiência fiscal como justificativas para a medida mas duvido que os benefícios desta pesada tributação compensassem os seus custos. É dada depois alguma atenção à tributação das grandes fortunas. No contexto actual e sempre com cuidado para evitar um exagerado "dumping fiscal", é importante pôr em prática uma política de atracção de grandes fortunas. O relatório reconhece esta necessidade, dando o exemplo de Calouste Gulkenbian, mas lamenta paradoxalmente a impossibilidade de taxar com sucesso muitos dos bens e actividades das grandes fortunas, acabando por fim por não concretizar o tópico com um claro caminho a seguir. O relatório avança também com a proposta para os casados terem a possibilidade de entregar o IRS em separado. Uma iniciativa de louvar, que salvaguarda uma liberdade de decisão individual evidente, tão básica quanto importante. Um número variado de medidas de simplificação presentes no relatório, nomeadamente a redução do número de escalões, são bem vindas como aspiração embora fiquem questões em aberto quanto ao seu impacto (ou falta dele) na carga fiscal. Do mesmo modo a proposta de extinção do Imposto Municipal sobre a Transição Onerosa de Imóveis (IMT), supostamente compensada pelo Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), apesar de reflectir este importante esforço de simplificação, deixa antever na sua falta de detalhe, uma ausência de qualquer alívio da carga fiscal. Nasce daqui uma necessidade de clarificação da relação entre o processo de simplificação e o alívio ou não da carga fiscal.

Ficam, por fim, a pairar as questões que dizem respeito à aplicação e monitorização dos achados. O gesto de elaborar este relatório será sustentado e será também ele alvo de uma análise crítica construtiva para o futuro?

Sugestão de questões para discussão:

- Tributação de grandes fortunas, como proceder?
- Cobrança de 20% sobre lucros da bolsa!?
- Reforma do sistema de justiça fiscal – como?
- Aplicação, monitorização e revisão das conclusões e medidas do estudo - Como é este relatório "absorvido" institucionalmente?

Especial - Tratado de Lisboa

Um olhar sobre a União Europeia

por João Mendes, Novembro 2009

Em 1992, Tratado de Maastricht. Em 1997, Tratado de Amesterdão. Em 2000, Tratado de Nice. Cimentado o mercado interno, preparava-se a moeda única e criavam-se estruturas de coordenação política para questões de administração interna, defesa e política de estrangeiros, bem como a moeda única, que acabou por surgir em 1999 (e, em notas e moedas, em 2002).

Assim foram os anos 90 do século passado para a União Europeia, que passou também a ter 15 membros, com as entradas da Áustria, Suécia e Finlândia. O fim da União Soviética significou uma aproximação da Europa de Leste. **Conflitos nos Balcãs levaram a bombardeamentos da NATO, mas, para a União Europeia, foram anos otimistas.**

A década seguinte ficará marcada pelo processo que culminou, este ano, com a ratificação do Tratado de Lisboa, que entrará em vigor em 2010. A União Europeia alargou-se a 27. Os Balcãs, arrasados pela guerra, encontram-se em tentativa de reconstrução. O mercado interno está consolidado, bem como a moeda única, o Euro.

A integração económica, no entanto, ainda é um processo em construção. Não há completa liberdade de circulação de serviços, e não há mercados europeus de energia ou de telecomunicações, entre outros. A patente europeia ainda não existe verdadeiramente. Na área da agricultura e das pescas, iniciou-se um processo de reforma imprescindível para garantir uma boa regulação desses sectores, mas este encontra-se ainda longe de estar concluído.

A liberdade de circulação de trabalhadores, e de cidadãos europeus em geral, é ainda um processo em construção. Os países da Europa de Leste têm restrições a esta liberdade. A cidadania europeia garante protecção diplomática a todos os cidadãos europeus em embaixadas de qualquer Estado Membro, mas essa protecção não foi oferecida em tempos de crise por parte de certas embaixadas. O sistema de pilares e a falta de personalidade jurídica internacional da União Europeia criaram um sistema institucional mais complexo do que poderia ser.

Os "restos de Nice" e o alargamento impulsionaram os Estados Membros a continuarem a discutir as instituições europeias, mesmo após uma década que viu três tratados europeus. Esse processo acabaria por levar ao Tratado Constitucional de 2004, que foi rejeitado em referendo primeiro na Irlanda, que reconsideraria mais tarde num segundo referendo, mas que foi finalmente enterrado por dois referendos em França e nos Países Baixos. Questões como a imigração dos países de Leste, a entrada da Turquia, descontentamento com os Governos nacionais, bem como a falta de apego a uma "constituição" europeia levaram a este fim, entre outros motivos.

Passado um ano (dito "de reflexão"), começaram de novo as negociações, que ganharam grande fôlego durante as presidências alemã e portuguesa de 2007, e que acabariam por ver o **Tratado de Lisboa, o "Tratado Reformador", assinado no final desse ano durante a presidência portuguesa.** O tratado, em vez de substituir os que vinha anteriormente, alterava-o. De fora ficaram questões simbólicas, como o nome "constituição", a existência de "leis" e "leis-quadro" europeias (em vez de "regulamentos" e "directivas"), bem como o artigo relativo aos símbolos da União Europeia.

Substantivamente, no entanto, as alterações eram essencialmente iguais, apenas em roupagens diferentes. Apenas na Irlanda houve referendo, por imperativo constitucional, e o referendo rejeitou o Tratado de Lisboa, muito por obra de uma bem orquestrada campanha do "Não", baseada essencialmente em invenções e falsidades, jogando com medos e não com o tratado em si. Em outros países, por exemplo no Reino Unido, os governos tiveram de pagar o custo político de não fazer referendos que haviam prometido, sob pretexto de que este tratado era um novo tratado.

2007 foi, no entanto, também o ano em que estalou a crise financeira e económica do "sub-prime", que se espalhou dos Estados Unidos para o resto do mundo, nomeadamente para a União Europeia. O Reino Unido foi fortemente afectado, bem como a Irlanda, que entretanto negociava com os outros Estados Membros concessões que permitissem a existência de um novo referendo. O protocolo que foi finalmente assinado por todos os outros Estados Membros limitava-se, na prática, a dar garantias à Irlanda de que o tratado não faria o que ninguém verdadeiramente queria que ele fizesse.

Assim, falava-se em manutenção da soberania fiscal, da soberania estadual no que toca à interrupção voluntária da gravidez, da manutenção da neutralidade irlandesa. Agudizando-se a crise e com uma melhor campanha por parte do "Sim", o segundo referendo resultou numa enfática vitória para o Tratado de Lisboa, isto já em Outubro de 2009. Além da enfática vitória, a população irlandesa mostrou-se mais informada sobre o tratado, falando na necessidade de melhorar a estrutura institucional europeia como razão para o tratado.

A saga, no entanto, não tinha terminado. O Presidente checo, Václav Klaus, recusou-se a ratificar um tratado que já tinha sido aprovado em ambas as câmaras do Parlamento checo. Isto depois do Presidente Polaco já o ter ratificado, após o referendo irlandês. Pensou-se que Klaus queria manter o impasse até a uma mudança de governo no Reino Unido, para que o Governo conservador que aí se avizinha ganhasse um referendo sobre o Tratado e o matasse. Klaus pediu concessões no que toca à Carta de Direitos Fundamentais, especificamente relacionados com direitos de propriedade de alemães expropriados após a ocupação nazi, uma reserva ao tratado já aceite para outros países.

Era insustentável para a República Checa manter este impasse até 2010, no entanto, e os outros Estados Membros aceitaram a reserva checa. **Václav Klaus ratificou o tratado, encerrando uma epopeia negocial de cerca de 10 anos, mas abrindo apenas a porta à seguinte. A grande discussão institucional agora será relativa às áreas de competência da União Europeia e ao princípio de subsidiariedade.**

O Tribunal Constitucional alemão tornou isso claro na sua decisão sobre o Tratado, no qual lhe deu luz verde, mas avisando que não aceitaria mais transferências de poder

para a UE sem alterações de base no que toca ao aparecimento de um “demos” europeu. Não haverá referendo no Reino Unido, já veio dizer David Cameron, mas a vontade de repatriar poderes da União Europeia para os Estados Membros continua lá.

Não é alheio a este facto o aparecimento do chamado “early warning system”. Os parlamentos nacionais terão a hipótese de escrutinar propostas legislativas da Comissão e, no caso de um certo número considerar que há problemas de subsidiariedade e que demasiadas competências estão a ser enviadas para o nível federal, então poderão alertar oficialmente a Comissão desse facto. Acusado de criar mais burocracia num sistema já de si complicado, o **“early warning system” responde, no entanto, à necessidade de controlo das competências da UE, sendo que também aproxima os debates europeus das populações locais.**

O Tratado de Lisboa traz consigo mais novidades. A partir de 2010, propostas legislativas patrocinadas por 1.000.000 de cidadãos europeus terão de ser apreciadas pela Comissão. **O Parlamento Europeu tem agora poder sobre todas áreas excepto política de estrangeiros. O sistema de votação no Conselho de Ministros foi radicalmente alterado, e o Conselho Europeu passou a ser uma instituição europeia com direito a Presidente permanente.** Além desta posição, que representará a UE ao nível de chefes de Estado, mas cujas funções precisas são algo nebulosas, haverá ainda um Alto Representante para Negócios Estrangeiros. Foi ainda sistematizado no próprio tratado que tipos de competência existem e como funcionam. A União Europeia passou a ter personalidade jurídica própria e acabou-se com o sistema de pilares. A referência feita à supremacia do Direito da União Europeia que existia no Tratado Constitucional foi retirada, mas a Carta de Direitos Humanos mantém-se, sendo que a UE aderirá ainda à Carta Europeia dos Direitos do Homem, do Conselho da Europa.

Com o novo tratado, a União Europeia participará na reestruturação da economia global, e das instituições de governância globais, no rescaldo da crise financeira e económica. Participará ainda na tentativa de ressuscitar a ronda de Doha, e na elaboração do novo esquema global de combate à poluição e às alterações climáticas. Participará ainda na luta contra o terrorismo internacional e na promoção dos direitos humanos e da economia de mercado.

Será dentro dos parâmetros do Tratado de Lisboa que continuarão as reformas às políticas europeias, como a Política Agrícola Comum ou a Política Comum de Pescas. Será também dentro desses parâmetros que se continuará o processo de integração económica, através da criação de mercados europeus para mais produtos e serviços, bem como através da regulação a nível europeu do sector bancário e financeiro.

A questão do alargamento da UE voltará. Em breve teremos alargamento à Croácia, as negociações continuam (mas muito complicadas) com a Turquia, sendo que a Islândia, arrasada pela crise, mostrou também interesse em entrar. Porém, a experiência do último alargamento não mudou apenas as regras a nível europeu. Mudou-as também a nível dos Estados Membros, em que vários já prometeram referendos sobre futuros alargamentos. Dado que é necessário a unanimidade para aprovar alargamentos, estes referendos serão pontos cruciais na política europeia do futuro.

Ainda no que concerne à política de alargamento e de estrangeiros, os Balcãs recuperam paulatinamente, mas ainda será difícil começarem a pedir para aderir à União Europeia. A independência do Kosovo permanece uma questão algo quente. Mais a leste, a Bielorrússia continua a manter o título de “última ditadura da Europa”, enquanto a Rússia, fortalecida com dinheiro de petróleo, procura assumir o controlo de uma esfera de influência que considera sua.

A segurança energética da Europa encontra-se também em discussão, um tema intimamente relacionado tanto com as relações entre a União Europeia e a Rússia como com as relações entre a União Europeia e a Turquia. No que toca às relações com a Rússia, basta lembrar o que aconteceu recentemente à Ucrânia no que toca ao gás natural, bem como o comportamento da Rússia perante estados que anteriormente pertenciam à União Soviética e hoje se encontram na UE. As relações com a Turquia, por sua vez, centram-se no processo de adesão deste país à UE, que não só se encontra com difícil resolução, como dificilmente será aprovado em referendo. **Sendo que nele se joga também a credibilidade da UE e da sua política de relações externas com maior impacto, a entrada da Turquia na UE será um tema chave no próximo ciclo que agora se inicia.**

O tema da segurança energética encontra-se também relacionado com a discussão em torno quer das energias renováveis, quer da energia nuclear, e também de tecnologias que mitiguem os efeitos nefastos dos combustíveis fósseis, como o carvão ou o petróleo. Este tema, por sua vez, liga-se com o desejo da União Europeia de investir mais em investigação científica, não apenas em energias renováveis, como em outras áreas.

O futuro apresenta-se complicado, num mundo globalizado e multipolar, e a União Europeia, munida das alterações institucionais do Tratado de Lisboa, terá um papel importante a desempenhar nas discussões políticas globais do futuro.

Como federalista, o aprofundamento democrático levado a cabo pelo Tratado de Lisboa é para mim motivo de festejo, e é importante que a União Europeia assuma as responsabilidades globais que lhe pertencem, munida das ferramentas que o Tratado de Lisboa lhe fornece.

Para informações sobre o Tratado de Lisboa visite o site da União Europeia:

http://europa.eu/lisbon_treaty/index_pt.htm



Liberdades Individuais

Onde serão abordados temas como as drogas leves, eutanásia, casamento de pessoas do mesmo sexo ou a transexualidade.

Gay Rights in the United Kingdom

Whenever I've been asked why I'm interested in politics (inevitably by someone who finds the entire subject boring), I have two answers. One is the stock "politics affects everyone, so of course it's interesting" answer. The other is somewhat more personal and something I tend not to divulge.

por
Stephen Bond,
Reino Unido

I accepted that I'm gay when I was thirteen years old. That was nearly six years ago and at the time the British Parliament was debating the introduction of civil partnerships (civil unions) for same sex couples – something that at the time seemed fantastical and today seems mundane. Having politics so directly affect me (and my personal development) at a young age certainly impressed upon me the importance of the subject and of being active in campaigning and fighting for what you believe in.

The subject that ignited my interest in politics – gay rights – is as important to me today as it was when I was thirteen. I still marvel at the advances made in my country and across the world in improving the lot of people like me but my more cynical (and political) adult mind is less willing to just accept what has come before and willing to fight what should be.

Gay rights isn't just something that should concern the gay community – of course, it does principally affect us in the end – but all of society. Homosexuals are one of the few minority groups that in the western world are still fighting their fight for full equality before the law, not to mention before society. Time and again we have learned that we enrich our

society best through embracing equality and celebrating diversity.

The advances made in the past decade are incredible – but the job isn't complete by any means. Full marriage equality and adoption rights are throughout the western world the two most controversial and significant of the legal inequalities which still exist. Nor can advances in rights be taken for granted as the removal of gay marriage rights in two American states over the past year shows.

And even if this battle for legal equality is won – and I have no doubt it will be eventually – there is still the matter of securing social equality – something which sadly even racial equality does not entirely extend to. In Britain recently, a right-wing journalist claimed the death of Irish pop-singer Stephen Gately was due to his homosexuality (he in fact died due to an undiagnosed heart condition). These are the sort of prejudices that exist, will take longer to remove and will continue to need the full weight of political opposition by liberal-minded movements to finally defeat. Even if it's as long a fight as the fight for racial, gender and religious equality continues to be, it is a fight worth fighting – of that, I can never have any doubt.

Igualdade no Casamento - Apenas mais um passo na luta pelos direitos LGBT

Com os resultados das últimas eleições legislativas **criaram-se finalmente as condições para que o casamento civil entre dois cidadãos do mesmo sexo possa vir a ter lugar em Portugal.**

É conhecido o apoio público do PS, BE e PCP a uma alteração legislativa que termine com mais esta discriminação. É contudo de lamentar a inexistência de partidos de direita económica que defendam também esta causa. No resto da Europa não é assim, e já era tempo de em Portugal, (alguma) direita passar a ter uma atitude mais liberal no que toca aos costumes.



por **Miguel Duarte**

Presidente do MLS

Esta é uma questão importante de ser resolvida, pois estamos a falar apenas em eliminar uma forma de discriminação. O casamento civil entre pessoas do mesmo sexo não irá retirar quaisquer direitos aos casais heterossexuais, nem irá interferir nos casamentos religiosos. Apenas irá estender a opção do contrato civil de casamento, com os seus direitos e obrigações, a um tipo de casal que até ao momento não tinha esta opção. Desde problemas com heranças e transferência de rendas de habitação, questões fiscais e de segurança social ou direito de visita em hospitais, é justo que casais do mesmo sexo possam ter exactamente os mesmos direitos que os casais heterossexuais.

A única barreira significativa a este desenvolvimento seria a eventual realização de um referendo, que neste momento parece já estar posto de parte, não só por falta de vontade dos partidos de esquerda, como pela própria Igreja, que poderia ser um dos mais fortes apoiantes desta "solução". Tal facto é algo muito importante para a defesa dos direitos civis em Portugal. Realizar um referendo sobre este tema seria um precedente perigoso, pois, por princípio, direitos fundamentais não se devem referendar. A maioria não deve por sua iniciativa decidir sobre a discriminação das minorias.

Contudo, após a esperada legalização do casamento entre indivíduos do mesmo

sexo, outras questões terão de ser discutidas, nomeadamente o direito à adopção, com o qual o PCP no passado já demonstrou não concordar, e que, a não ser contemplado na nova lei, será uma fonte de discriminação muito forte. Quem deve decidir em questões de adopção são os assistentes sociais, caso a caso, escolhendo a melhor opção para cada criança, livres de constrangimentos legais que excluam à partida casais do mesmo sexo.

Também o direito à procriação medicamente assistida não deve ser recusado a nenhuma mulher, não competindo à lei excluir mulheres solteiras ou casais do mesmo sexo do acesso à inseminação artificial ou aos tratamentos de fertilidade. Estas são barreiras discriminatórias artificiais que acabam, na prática, por não impedir nenhuma mulher que o desejo de engravidar, e criam mais problemas do que aqueles que supostamente desejam resolver.

O direito à igualdade de género é outra questão ainda por resolver. Um cidadão que faça uma operação de alteração de sexo ainda não pode facilmente mudar para um nome do sexo oposto, ficando muitas vezes exposto a situações constrangedoras. Devia por isso ser possível que, assim que iniciasse um processo de alteração de sexo, um indivíduo pudesse adoptar oficialmente um

novo nome, mais condizente com o género que está em vias de ter.

A legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo vai ser por isso apenas mais um (importante) passo numa longa caminhada que ainda há por fazer no que

toca aos direitos LGBT e às liberdades individuais em Portugal. Porventura, é o passo possível neste momento, numa sociedade que ainda é muito pouco liberal e que vai aos poucos aprendendo a respeitar a diferença.



Sociedade Liberal

Onde o autor poderá reflectir sobre a evolução para uma sociedade mais liberal.

Economia vs Ciências Sociais

Não raras vezes a economia e a política andam de “mãos dadas”. Na verdade, grande parte dos políticos, e sobretudo dos comentadores, quando questionados acerca de temas políticos tendem a abordá-los e comentá-los do ponto de vista da economia. Não raras as vezes, especialmente em meios mais liberais, as conversas sobre política confundem-se muitas vezes com conversas sobre economia e modelos económicos.

A principal razão para esta, quase, sobreposição entre estes dois temas prende-se com factores históricos. Se analisarmos os pensadores que mais influenciaram o pensamento e os modelos políticos chegamos facilmente à conclusão de que a maioria provinha da economia (ex. Karl Marx, Adam Smith, John Keynes, Ludwig von Mises, Milton Friedman, etc.).

No entanto, esta confusão entre política e economia tem contribuído para um empobrecimento da actividade política, uma vez que o factor humano surge como secundário ou mesmo inexistente na prática política (policy).

Uma das áreas onde isto está bastante patente é no tratamento que tem sido dado à defesa do ambiente. Nesta área, nós liberais, somos totalmente coniventes com esta forma de agir, baseada exclusivamente nos aspectos económicos da sociedade, ao defendermos por exemplo que a diminuição de emissões de CO2 se consegue simplesmente através da taxaço de comportamentos não desejados. No entanto, quando se pensa um problema e numa resolução que passe pela mudança de comportamentos ou atitudes (bastante frequente em politica) deveremos utilizar não apenas a Economia mas também outro tipo de ciências sociais como por exemplo a sociologia, a antropologia social e a



por
André Escórcio Soares
Psicólogo / Docente do
Ensino Superior
andre.escorcio@liberal-social.org

psicologia social. Neste artigo focaremos apenas a comparação entre o modelo tradicional (Economia) e o modelo da Psicologia Social.

Consideremos a seguinte premissa:

“Para se combater as emissões de CO2 originadas pela enorme quantidade de veículos que todos os dias entram na cidade de Lisboa será necessário introduzir portagens à porta da cidade.”

Tradicionalmente, esta frase aponta como forma mais eficaz para combater as emissões de CO2 a aplicação de uma medida meramente económica, em que a ênfase é colocada no pagamento dos malefícios provocados por cada carro que entra na cidade. No entanto, se abordarmos o problema do ponto de vista psicológico, o que estamos a dizer é que vamos modificar um comportamento através de uma punição do comportamento indesejável. Ora em termos

económicos faz sentido colocar alguém a pagar (monetariamente) pelo mal que faz ao ambiente, no entanto em termos comportamentais o mais eficaz seria uma aposta no reforço do comportamento desejado. Desta forma a "solução psicológica" deveria passar por medidas que tornem os transportes públicos mais apetecíveis do que o carro particular, como por exemplo, através do aumento do conforto ou da redução do tempo gasto para fazer o percurso pretendido.

Este caso é apenas um exemplo. No entanto, é elucidativo dos erros que se cometem frequentemente devido à primazia (quase exclusividade) dada à economia aquando da decisão política. Num mundo globalizado e cada vez mais existente, é importante que se quebre com esta concepção e se comece, de vez, a ter em conta o contributo que as ciências sociais podem dar para a decisão política e para a própria evolução do pensamento de cada uma das ideologias políticas.



www.facebook.com/home.php#/movimentoliberalsocial



<https://twitter.com/mliberalsocial>



<http://www.youtube.com/user/liberalsocial>

O debate sobre médias e grandes obras públicas

Há muitos debates em Portugal que tenho dificuldade em compreender. Dentro deste grupo posso incluir o presente debate sobre a necessidade de um grande programa de obras públicas. Parece que metade do país é entusiasta e a outra metade é fervorosamente contra. **Ora, eu não consigo compreender como alguém pode ser genericamente a favor ou contra: uma obra deve avançar quando é necessária e o seu benefício para o país é superior ao custo.** É assim que sucede em países normais, mas não em Portugal.

Há razões históricas precisas que explicam um certo activismo estatal no período pós-25 de Abril, nomeadamente a combinação de uma enorme carência de bens públicos com uma dívida pública muito reduzida, a qual teve o desfecho lógico: um vasto programa de infraestruturação pago com emissão de dívida pública.

A entrada na União Europeia, com o consequente acesso aos fundos estruturais, apenas veio prolongar e dar um novo impulso à política do betão.

Infelizmente a lei dos rendimentos marginais decrescentes também se aplica ao estado e às obras públicas. Um pouco é óptimo, demasiado estraga tudo. Ninguém duvida que a abertura da A1 entre Lisboa e o Porto teve efeitos muito benéficos para o país, sobretudo a nível de integração de mercados. Já construir uma segunda auto-estrada (AE) paralela à primeira terá efeitos muito mais mitigados para o país. Entretanto também surgem modelos de negócios invulgares: uma das AE é paga pelo utente e a outra não, induzindo tráfego para a gratuita, ao mesmo tempo que o estado paga à concessionária da AE gratuita em função do volume de tráfego registado. Surgem novos critérios, que não a necessidade, para explicar uma aposta continuada em obras públicas: umas vezes o investimento é modernizador, às vezes é solidário, ou então deve-se simplesmente a critérios políticos (será que esta explicação dá mesmo votos?).



por **Luís Vaz Silva**
Professor do ISLA
(Lisboa)
Luís.silva@ucd.ie

O mais recente argumento que ouvi é que mais obras públicas dão confiança e arrastam o investimento privado. A minha dedução é que os decisores públicos estimam para Portugal em 2009 um efeito multiplicador superior a 1 para os gastos públicos. Este é de facto possível quando o estado contrata recursos desaproveitados (que se tornam produtivos e passam a contribuir para a procura agregada). Existe um efeito de *crowding in* (indução) do investimento privado. Por exemplo, a administração Obama estima um efeito multiplicador de 1,6 para o seu programa de obras públicas.

O problema é que existem muitos estudos que apontam para multiplicadores inferiores a 1 (empobrecimento relativo) ou mesmo negativos (empobrecimento absoluto). Tudo depende de como contabilizamos o custo para a economia de um programa destes. Um outro estudo (independente do governo americano) sugere um multiplicador de apenas 0,25 para o mesmo programa da administração Obama, porque partiu de premissas diferentes para a evolução das taxas de juro e dos impostos. Neste caso temos um efeito *crowding out*, que é tanto maior quanto maior for o efeito sobre as taxas de juro.

Em última instância tudo depende do efeito multiplicador, e este é altamente variável e nada fácil de calcular. O que existe é um conjunto de critérios que nos ajudam a perceber se o efeito multi-

plicador é expectável (ou não): um dos mais importantes é a dimensão do país. Grandes economias domésticas têm multiplicadores superiores porque perdem menos para importações. Quanto mais pequena e aberta a economia menos os programas de obras públicas fazem sentido porque a propensão marginal para importar é superior.

Excedentes orçamentais também são importantes porque deste modo o país tem recursos para obras públicas. O Chile tinha 12% do seu PIB posto de lado para uma crise como esta. Quem acumulou défices nos últimos anos não tem poupanças e por isso tem que recorrer a endividamento.

A própria dívida pública é um dos critérios mais importantes: uma dívida pública baixa permite fazer obra mesmo sem ter dinheiro. Basta pedir crédito, e quem traz pouca dívida do passado normalmente consegue crédito em boas condições. Uma dívida pública elevada desaconselha um programa destes porque resulta em taxas de juro mais elevadas e agentes económicos compreensivelmente preocupados. É o cenário clássico de *crowding-out*.

O critério do peso do estado no PIB também pode ser relevante. Um estado que gaste pouco tem mais espaço para fazer obra porque pode aumentar os impostos no futuro. Os países com despesas públicas elevadas têm muito maior dificuldade em subir os impostos porque estes já estão demasiado elevados. Por outro lado, e com toda a probabilidade, já sentem a lei do rendimento marginal decrescente na despesa pública. Por esta altura já estão a fazer mais disparates do que obras realmente necessárias. Ligado à questão anterior está a própria oportunidade da obra: há países que têm muita falta de infra-estruturas (por ex. a China, Angola) e há os países que vêm de décadas de "política do betão", e que se calhar deviam começar a considerar algo

diferente. Tão, ou mais importante, é o critério do excedente externo: países com excedentes externos têm excesso de poupança que pode ser canalizada para obras. Países com défices externos já estão a viver com dinheiro emprestado e não têm internamente recursos para financiar (ainda) mais obras. É um sinal claro que têm que aumentar a poupança e não a despesa. Numa situação destas iniciar um programa de obras públicas resulta rapidamente em *crowding out*. Finalmente, uma taxa de crescimento económico elevada pode permitir um risco calculado: hoje não temos os recursos, mas ao ritmo que estamos a crescer pode ser que daqui a 5 ou 10 anos tenhamos. Países com taxas de crescimento em torno de zero não precisam de expandir grandemente o seu stock de infra-estruturas (precisam é de mantê-lo!), nem geram riqueza que consiga pagar infra-estruturas sobredimensionadas.

Como se apresenta a situação portuguesa perante estes critérios? Desde a taxa de crescimento médio de 0,3% ao ano, passando pelo défice orçamental de 8%, uma dívida pública a caminhar para 80% do PIB, o défice externo acima de 9% do PIB, a dívida externa acima de 100% do PIB, a despesa pública acima de 50% do PIB (!!), etc., é tudo ao lado. Depois de 3 décadas de activismo estatal, o país está exausto e o único ponto forte que sobrou à nossa economia são mesmo as infra-estruturas. Querer mais do mesmo é como ter um filho que tira dezoitos a matemática e estar em risco de chumbar a tudo o resto...e arranjar-lhe um explicador de matemática. Não são AE's às moscas ou TGV's no Alentejo que dão confiança às pessoas. O que elas querem ouvir é que estancamos o(s) endividamento(s) e que a economia tem fundamentos sólidos. Serei a única pessoa neste país que acha estranho nunca termos tido um orçamento equilibrado desde o 25 de Abril?

Portugal visto do Exterior

Onde um autor residente no exterior poderá dar-nos uma ideia de como é visto Portugal no mundo.

Eleições de 27 de Setembro desde a Galiza

De início, as eleições portuguesas pareciam passar sem muita repercussão, e mesmo desafeição, na Galiza. Os meios de comunicação destacaram-se por uma pobre cobertura da campanha eleitoral. As escassas notícias dos jornais empurravam os interessados a consultarem portais portugueses na rede. Mas, o devir da campanha depois de a doutora Manuela Ferreira Leite ter posto em dúvida a construção do trem de alta velocidade fez com que a imprensa espanhola e galega virasse o foco para o país vizinho.

Notícias, análises, reportagens e opiniões dos jornalistas tentavam explicar o inconveniente desta proposta da candidata do PSD e tentavam fazer uma radiografia do país. Ferreira Leite fez um comentário não muito afortunado: a sentença "Portugal não é uma província de Espanha" jogava a velha carta do perigo espanhol e soava como um apelo ao isolacionismo anacrónico. Mas o súbito interesse dos meios de comunicação do norte do Minho e Madrid a propósito dessa afirmação é também muito criticável. Qualificaram as palavras de Ferreira Leite como desfasadas, mas não repararam em suas curtas, desfasadas e interessadas vistas, dando apenas uma cobertura abrangente quando seus interesses se viram questionados e sobrevalorizando a necessidade estratégica da alta velocidade.

Mesmo se parecia que a campanha passava inadvertida, os partidos galegos estavam a olhar atentamente os acontecimentos. Alguns tiveram uma surpresa desagradável. O Bloque Nacionalista Galego - coligação de formações de esquerda nacionalista sob o controle da marxista-leninista União do Povo Galego - olhava com atenção para o panorama que fica à esquerda do

por **Javier Abad Rodríguez**
(Galiza, Espanha)

filiado de
Converxencia XXI
e membro da
Galidem

PS. Os setores críticos do Bloque vêm no Bloco de Esquerda uma filosofia e modelo organizativo para imitar, enquanto a União do Povo Galego é uma aliada tradicional do PCP.

A esquerda e a direita espanhola também se posicionaram. Logo do ribombo mediático suscitado pela questão do Trem de Alta Velocidade os socialistas espanhóis destacaram a importância de que Sócrates continuasse como primeiro-ministro. A direita, representada pelo Partido Popular e que hoje governa na comunidade autónoma galega, tomou inicialmente posição do lado do PSD. Convidado ao congresso de Maio do Partido Popular na Corunha, o representante do PSD, Marco António Costa, disse que primeiro caiu Touriño (então presidente socialista do governo galego), logo cairá Sócrates e finalmente Zapatero. Mas após a possível paralisia do Trem de Alta Velocidade, o Partido Popular na Galiza foi muito mais céptico sobre uma possível vitória laranja e os verdadeiros planos de Ferreira Leite.

Os resultados das votações - além de "curiosidades tradicionais" como que a CDU seja forte no sul e o CDS-PP no norte - são dignos de análise. A remontada socialista e a queda social-

democrata facilitaram uma nova vitória de Sócrates. Mas o plano político mudou. Sem maioria, com um bloco central diminuído, deverá negociar com uns pequenos partidos (CDS-PP, BE, CDU) que saíram reforçados. A necessidade de negociar é um factor digno de destaque, pois o sustento do sistema democrático é justamente o diálogo e a busca de pontos de encontro. Com relação aos pequenos partidos é muito assinalável que os comunistas perderam terreno diante de uma corrente um pouco mais inovadora na esquerda, como é o BE.

As eleições legislativas portuguesas, como as últimas eleições à Xunta de Galicia, desenvolveram-se num contexto de crise económica. Mas enquanto as eleições galegas de Março de 2009 foram caracterizadas por um incremento da participação eleitoral, o qual permitiu a vitória do Partido Popular e desalojou do governo a coligação de socialistas e nacionalistas, as eleições legislativas portuguesas trouxeram um aumento da abstenção. Como na Galiza, as eleições supuseram um castigo para o governo que, no entanto, ganhou. O governo português fica agora em minoria. Mas isto tem vantagens, pois o governo ver-se-á na obrigação de pactuar, o qual irá facilitar o seu controlo parlamentar e fortalecerá o sistema democrático. Pelo contrário, na Galiza a maioria absoluta alcançada pelo Partido Popular dificultará o controlo parlamentar.

O novo governo enfrenta o desafio das reformas estruturais que Portugal tanto necessita. Os partidos de centro-direita deveriam exigir ao PS que diminuísse o intervencionismo estatal na economia empreendendo as reformas desregulatórias necessárias e aumentando a agilidade e eficiência da administração. Precisamente este será um dos grandes

eixos arredor dos quais girará a mensagem eleitoral da Convergencia XXI nas próximas eleições galegas. Porém, a maioria de esquerdas na Assembleia da República não augura que o governo opte por uma decidida liberalização da economia portuguesa. Por outro lado, também é necessário aprofundar nas liberdades individuais e a igualdade dos cidadãos (o tema das uniões homossexuais, por exemplo).

Uma questão que como democratas não devemos esquecer é a da abstenção. É preciso que todas as forças políticas, grandes e pequenas, se perguntem por que não foram capazes de motivar o eleitorado. Não é edificante para o sistema restar importância à abstenção. Para recuperar a confiança de boa parte do eleitorado são necessários, tanto em Portugal como em Espanha e na Galiza, novas mensagens e novos jeitos de fazer política.

No entanto, não é difícil perceber que há um espaço sem representação na Assembleia da República. A família liberal ainda não conseguiu constituir uma força política capaz de atingir a devida representação. Eis o grande repto do liberalismo português e uma das grandes necessidades da democracia portuguesa. É necessário em Portugal, e também em Espanha e na Galiza, a concreção do discurso liberal num partido político que devolva a emoção a tantos milhares de pessoas que procuram um renovado discurso que fomente uma nova praxis política capaz de oferecer soluções aos nossos problemas e prosperidade às nossas nações. Na Galiza, Convergencia XXI está a tentar superar esta eiva. Certamente, o MLS português vai também pelo bom caminho.

